

NOTA

de: Secretariado

para: Convenção

Assunto: Papel dos parlamentos nacionais no projecto de Constituição

O Secretariado crê que poderá ser útil que os membros da Convenção tomem nota das respostas que a Convenção parece agora preparar-se para dar às perguntas formuladas no mandato de Laeken a respeito dos parlamentos nacionais.

A Declaração de Laeken sobre o futuro da União suscitou uma série de questões respeitantes ao papel dos parlamentos nacionais na parte relativa à democracia, transparência e eficácia. Nela se perguntava:

- Deverão os parlamentos nacionais estar representados numa nova Instituição, a par do Conselho e do Parlamento Europeu?
- Deverão desempenhar um papel nos domínios da actuação europeia em que o Parlamento Europeu não tem competência?
- Deverão concentrar-se na repartição de competências entre a União e os Estados-Membros, por exemplo mediante um controlo prévio da observância do princípio da subsidiariedade?

É opinião inequívoca da Convenção que não deverá ser criada mais nenhuma Instituição. A Convenção reconhece contudo, veemente, não só o papel específico desempenhado pelos parlamentos nacionais em termos de legitimidade democrática da União, como a necessidade de garantir o seu estreito envolvimento nos assuntos da União e de criar as bases necessárias a uma cooperação interparlamentar eficaz, incluindo uma interacção com o Parlamento Europeu que funcione nas devidas condições.

É fortemente preconizada a adopção de medidas que garantam que os parlamentos nacionais possam levar a cabo, com eficácia, a sua tarefa primordial de fiscalizar a acção dos governos no domínio dos assuntos europeus e de lhes pedir contas, sem prejuízo da forma como o controlo parlamentar seja organizado nos Estados-Membros. As medidas recomendadas pela Convenção (com base nas propostas do Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais) visam garantir a transmissão rápida e directa das propostas legislativas e dos documentos de consulta aos parlamentos nacionais, deixando essa transmissão de ficar ao critério dos governos nacionais. Estas alterações assumem grande importância, uma vez que garantirão que cada parlamento nacional e, no caso dos parlamentos bicamarais, cada uma das câmaras, passem a ter acesso aos textos pertinentes em simultâneo com os respectivos governos, dando a todos eles as mesmas oportunidades de intervir, o mais cedo possível, no processo.

Quanto à pergunta da Declaração de Laeken sobre o papel dos parlamentos nacionais em domínios que não se insiram na esfera de acção do Parlamento Europeu, a Convenção inclinou-se, desde o início, para que os papéis do PE e dos parlamentos nacionais não fossem vistos como alternativos, mas antes como complementares. Refira-se que, na área da liberdade, segurança e justiça, a importância do papel dos parlamentos nacionais foi salientada e tida em conta na redacção dos novos artigos.

Por outro lado, a Convenção deu uma resposta claramente afirmativa à terceira pergunta, verificando-se um consenso no sentido de conferir aos parlamentos nacionais um papel directo no controlo da observância do princípio da subsidiariedade através de um mecanismo de alerta rápido, importante inovação que contribui para um maior envolvimento directo dos parlamentos nacionais.

Do anexo consta uma visão global das medidas propostas no projecto de Constituição ¹.

¹ Neste documento não é abordada a questão da acção externa, uma vez que não teve ainda lugar o debate na Convenção sobre os projectos de textos do Praesidium. Além disso, consoante os resultados do debate institucional, poderá ser necessário introduzir alguns ajustamentos ao quadro.

Visão global do papel dos parlamentos nacionais no projecto de Constituição, de acordo com a evolução dos trabalhos até à data

	Medidas propostas	Alterações em relação à situação actual
Papel no processo legislativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Novo protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: envio directo e em simultâneo de todas as propostas legislativas da Comissão aos Parlamentos nacionais, ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Envio directo pelo Conselho, aos parlamentos nacionais, das iniciativas legislativas previstas no artigo 8.º da Parte II, no título relativo ao espaço de liberdade, segurança e justiça. 2. <u>Novo protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: o prazo de seis semanas que medeia entre o envio de um texto ao Parlamento Europeu e ao Conselho e a sua inscrição na ordem do dia, para adopção (ou definição de uma posição), aplica-se a todas as propostas legislativas. 3. <u>Novo protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade</u>: mecanismo de alerta rápido através do qual, no prazo de seis semanas a contar da data de envio, os parlamentos nacionais podem apresentar um parecer fundamentado directamente aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão se considerarem que a proposta não observa o princípio da subsidiariedade. Se um terço dos parlamentos nacionais levantar problemas, a Comissão deve reanalisar a sua proposta. No domínio do espaço de liberdade, segurança e justiça, esse limiar é inferior (25%). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Novo envio directo de <u>todas</u> as propostas legislativas <u>simultaneamente</u> ao PE e ao Conselho, por oposição ao texto do <u>Protocolo de Amesterdão relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: as propostas legislativas da Comissão, <i>tal como definidas pelo Conselho nos termos do n.º 3 do artigo 207.º do TCE, serão transmitidas atempadamente, por forma a que o Governo de cada Estado-Membro possa assegurar que o parlamento nacional as receba em devido tempo</i>. O envio directo das iniciativas legislativas também no domínio da JAI, conforme referido no artigo 8.º (JAI) da Parte II, é igualmente novo. 2. Alteração em relação ao <u>Protocolo de Amesterdão</u>, em conformidade com a decisão de eliminação dos pilares (deixa de se fazer a referência específica às medidas no âmbito do Título VI do TUE). 3. O mecanismo da subsidiariedade é uma <u>inovação</u> que permite um maior envolvimento dos parlamentos nacionais através das novas possibilidades de intervenção directa no processo legislativo que proporciona. 4. Este <u>novo acesso directo aos instrumentos de programação</u> deverá permitir que os parlamentos nacionais

	<p>Os Estados-Membros poderão interpor recurso no Tribunal de Justiça com fundamento na violação do princípio da subsidiariedade, eventualmente a pedido dos parlamentos nacionais.</p> <p>4. <u>Novo protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: envio directo do programa legislativo anual e de outros instrumentos de programação legislativa ou estratégica.</p> <p>5. <u>Artigos 25.º da Parte I, 36.º da Parte I e 43.º das Disposições institucionais, Parte II (III)</u>: reuniões públicas do Parlamento Europeu e do Conselho aquando da deliberação sobre propostas legislativas, e publicação dos documentos afins (resultados dos trabalhos, actas, etc.).</p> <p>6. <u>Novo protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade</u>: a Comissão apresentará anualmente ao Conselho Europeu, ao Parlamento Europeu, ao Conselho e aos <u>parlamentos nacionais</u> um relatório sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade.</p>	<p>disponham numa fase precoce de informações sobre as propostas legislativas projectadas e a planificação estratégica global e possam assim planificar os seus trabalhos e intervenções em conformidade, (e também, eventualmente, proceder a um intercâmbio com outros parlamentos nacionais e com o PE neste domínio).</p> <p>5. Embora as disposições respeitantes às reuniões do Conselho abertas ao público sejam de carácter geral e não visem especificamente os parlamentos nacionais, esta alteração deverá também contribuir para manter os parlamentos nacionais mais rápida e directamente informados dos trabalhos da União e, como tal, mais habilitados a "vigiar" a actuação dos seus Governos no Conselho.</p> <p>6. O aditamento dos parlamentos nacionais nesta disposição do protocolo é novo.</p>
Acesso à informação (que não propostas legislativas e documentos afins)	<p>1. <u>Novo protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: envio directo pela Comissão, aos parlamentos nacionais, de todos os seus documentos de consulta (bem como do programa legislativo anual e de outros instrumentos de programação legislativa ou estratégica).</p> <p>2. <u>Novo protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: envio directo das ordens do dia e dos resultados das reuniões do Conselho, incluindo as actas das suas reuniões públicas, aos parlamentos nacionais.</p>	<p>1. O envio directo dos documentos de consulta pela Comissão constitui uma clarificação relativamente ao Protocolo de Amesterdão, segundo o qual esses documentos "<i>serão prontamente enviados</i>". O programa legislativo anual e outros instrumentos de programação constituem um novo aditamento.</p> <p>2. A menção destes documentos, bem como o seu envio directo aos parlamentos nacionais, constituem elementos novos do protocolo.</p>

	3. <u>Novo protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u> : envio directo do relatório anual do Tribunal de Contas aos parlamentos nacionais.	3. A referência ao relatório e o seu envio directo aos parlamentos nacionais constituem elementos novos do protocolo.
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	<p>Os artigos relativos ao espaço de <u>liberdade, de segurança e de justiça</u> prevêem que os parlamentos nacionais desempenhem um papel em vários domínios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Artigo 31.º da Parte I</u>: prevê a possibilidade de os parlamentos nacionais participarem nos mecanismos de avaliação previstos no artigo 4.º (JAI) da Parte II. 2. <u>Artigo 3.º (JAI) da Parte II</u>, papel dos parlamentos nacionais: prevê a possibilidade de os parlamentos nacionais participarem nos mecanismos de avaliação previstos no artigo 4.º da Constituição e de serem associados ao controlo político das actividades da Europol em conformidade com o artigo 22.º da Constituição. 3. <u>Artigo 4.º (JAI) da Parte II</u>: diz respeito aos mecanismos de avaliação e prevê que os parlamentos nacionais (e o PE) sejam informados do teor e dos resultados da avaliação. 4. <u>Artigos 16.º e 17.º (JAI da Parte II)</u>: no que respeita ao processo penal e ao direito penal substantivo, só está prevista a adopção de leis-quadro e não de leis, o que significa que os parlamentos nacionais exercem um certo controlo sobre a transposição. 5. <u>Artigo 19.º (JAI) da Parte II</u>, Eurojust: a lei a que se faz referência estabelecerá também as modalidades de associação dos parlamentos nacionais à avaliação das actividades da 	<p>As disposições relativas ao papel dos parlamentos nacionais reflectem o reconhecimento do papel específico por eles desempenhado no espaço de liberdade, segurança e justiça, na medida em que este se prende com liberdades fundamentais que estão no cerne do princípio da subsidiariedade.</p> <p>Ao abrigo do actual sistema, os parlamentos nacionais participam na adopção das regras aplicáveis, especialmente através da ratificação nacional de convenções. Uma vez que este instrumento jurídico já não aparecerá na Constituição, o Grupo que se dedicou a esta área considerou que os parlamentos nacionais deveriam continuar um papel importante. As diversas medidas propostas permitem ter em conta esta especificidade do espaço de liberdade, de segurança e de justiça.</p> <p>A participação dos parlamentos nacionais nos mecanismos de avaliação, bem como a nova forma de associação com o Parlamento Europeu ao processo de controlo das actividades da Europol, constituem inovações.</p> <p>Assinale-se ainda que, no âmbito do mecanismo de alerta rápido para o controlo da observância da subsidiariedade, foi fixado um limiar inferior (25%) para as propostas apresentadas no domínio do espaço de liberdade, de segurança e de justiça.</p>

	<p>Eurojust.</p> <p>6. <u>Artigo 22.º(JAI) da Parte II</u>, Europol: a lei mencionada neste artigo estabelecerá também as a lei a que se faz referência estabelecerá também as modalidades de associação dos parlamentos nacionais à avaliação das actividades da modalidades de associação dos parlamentos nacionais ao controlo das actividades da Europol.</p>	
Alargamento da União	<u>Artigo 44.º da Parte I</u> , processo de pedido de adesão à União: os parlamentos nacionais serão imediatamente notificados de todo e qualquer pedido de adesão.	Novo.
Cooperação interparlamentar	<p>1. <u>Novo protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: foi aditada uma disposição nos termos da qual o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais definirão em conjunto a forma de organizar e promover uma cooperação interparlamentar eficaz e regular.</p> <p>2. <u>Novo Protocolo relativo ao papel dos parlamentos nacionais</u>: disposições sobre o papel da COSAC.</p>	<p>1. Esta nova disposição reflecte a opinião o Grupo de Trabalho sobre os Parlamentos Nacionais quanto à importância de contactos e intercâmbios interparlamentares regulares que funcionem nas devidas condições.</p> <p>2. As disposições sobre o papel da COSAC foram actualizadas em relação às do Protocolo de Amesterdão. São-lhe agora atribuídos outros papéis importantes, como a promoção do intercâmbio de informações e boas práticas (cuja importância foi sublinhada pelo Grupo) e a possibilidade de organizar conferências interparlamentares sobre temas específicos (entre os quais questões relacionadas com a PESC e a PESD).</p>